

DO SUBLUNAR AO CELESTE: O PERCURSO DA CIÊNCIA DA HISTÓRIA EM PAUL VEYNE

Sara Albieri

O livro de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, intitula-se um “ensaio de epistemologia” Proposta que à primeira vista desperta expectativas otimistas: teremos talvez uma contribuição decisiva para o debate em torno da cientificidade da história — seu caráter teórico, o método por ela empregado, seu poder explicativo, suas relações com as outras ciências. Espera-se que Veyne responda afirmativamente à questão: a história é uma ciência?, e apresente os fundamentos desta resposta.

Contudo, somos desiludidos logo à primeira página: Veyne não apenas nega que a história seja uma ciência, como declara que ela jamais virá a sê-lo. Não porque não seja possível uma ciência do homem, porque o que diz respeito ao homem só seja objeto de *compreensão*, não de *explicação*; ao contrário, “uma física do homem é a esperança do nosso século, como a física o foi do século XVII” (1). É que a história ocupa um lugar único entre as ciências do homem, sem caracterizar-se como uma delas e sem ter nada a esperar delas. Mesmo o advento de uma ciência do homem que reúna os conhecimentos adquiridos pelas várias ciências humanas não vai abranger o objeto da história. A história é a narração verdadeira do cotidiano dos homens, de eventos que são irreduzíveis a qualquer explicação científica.

O lugar da história é o mundo tal como é *vivido* pelos homens, para além de toda possibilidade de conhecimento *formal*. Lugar do sublunar, que Veyne demarca utilizando duas fronteiras epistemológicas: a física, por ser a mais bem sucedida entre as ciências da natureza, para servir de parâmetro do procedimento científico; e a sociologia (fronteira que Veyne acaba por abolir), para caracterizar a especificidade da história em relação às ciências humanas.

(1) — Veyne, Paul — *Comment on écrit l'histoire*, p. 9.

Em epistemologia das ciências humanas, uma das grandes questões, ainda atual, refere-se à possibilidade de uma unidade de método com as ciências da natureza. Como nota Popper (2), os estudiosos das ciências do homem, em suas discussões sobre questões de método, têm sempre presentes os métodos empregados pelas ciências da natureza mais bem sucedidas, especialmente a física. Em geral, a física tem sido compreendida como uma ciência que procede indutivamente, aplicando o método experimental, por oposição ao método dedutivo das matemáticas; as teorias físicas consistiriam em generalizações obtidas a partir da constatação de uniformidades na natureza. A utilização do método experimental, em física, estaria vinculada a essa suposta uniformidade da natureza, que garantiria a experiência repetida de certos fenômenos, ou seja, a obtenção de certos efeitos a partir da repetição de condições semelhantes, pela introdução de controle e isolamento artificiais. É possível uma ciência da natureza porque os fenômenos físicos, pela simplicidade com que se apresentam à observação, prestam-se facilmente ao isolamento experimental, e são passíveis de quantificação e de explicação causal.

Na verdade, tal concepção do que seja o procedimento científico em física decorre, segundo Popper, de uma má compreensão do papel das hipóteses e das teorias em física, que na verdade antecedem e orientam toda observação e experimentação. Contudo, esta má interpretação do que seja o método em física provocou equivocadamente a disputa e a cisão quanto à aplicabilidade dos métodos da física às ciências humanas. As tentativas para aplicar o suposto método experimental da física às ciências do homem visavam sempre obter para estas últimas o mesmo êxito, o mesmo grau de “certeza” e de “cientificidade” atingidos pelas ciências naturais. Quanto tais tentativas resultaram em fracasso, parte dos teóricos de ciências humanas passaram a questionar a validade da tese favorável à unidade de método, reivindicando para as ciências humanas um estatuto e um método específicos: o da *compreensão intuitiva*.

Contra a possibilidade de generalização em física, por exemplo, os fenômenos sociais e históricos, por seu caráter de novidade intrínseca, nunca se repetiriam, ainda que sob condições semelhantes, o que também impediria a introdução de controle e isolamento artificiais, não permitindo a aplicação do método experimental. Além disso, os fenômenos da natureza, por ocorrerem de forma regular e previsível, podem ser formulados matematicamente em termos de leis causais gerais. O caráter particular, não-repetitivo dos fenômenos humanos, impediria que as causas e os efeitos de um determinado

(2) — Popper, Karl — *La miseria del historicismo*, p. 16.



físicos quanto nos históricos. Se observados de maneira semelhante, os fenômenos humanos também se repetiriam (3).

A diferença não reside, portanto, no nível dos fatos, mas no nível do conhecimento: a historiografia procede diferentemente da ciência da física. “A física é um corpo de leis e a história é um corpo de fatos” (4). Tal concepção da física é completamente contrária à visão anti-naturalista que abordamos acima. As leis da física, isto é, as generalizações, não mais são obtidas a partir da observação de regularidades na natureza, em conformidade com o método indutivo. Ao contrário, a observação dos fatos é sempre orientada por uma teoria, e as leis são confirmadas ou refutadas pelos fatos, dentro dessa teoria. Não há observação neutra, nem inferência de leis gerais a partir da mera observação repetida de certos fenômenos físicos, sem a existência prévia de uma teoria cuja corroboração é visada pela observação. Mas Veyne nega à história o estatuto de ciência teórica, generalizadora, mesmo levando em conta essa nova compreensão desses termos. Os fatos em história denotam apenas a si próprios enquanto individualidades, jamais são signos de um “invariante oculto” — uma lei, como na física (5). A história pratica a individualização dos fenômenos, mas não porque seja impossível *a priori* tratá-los cientificamente, porque não se repetem. “A melhor definição de história não é que ela tem por objeto o que nunca se vê duas vezes. Pode ser que uma certa aberração considerável da órbita de Mercúrio, devida a uma rara conjunção de planetas, não deva repetir-se, também pode ser que ela se reproduza num futuro distante; trata-se apenas de saber se a aberração é narrada por si mesma (o que faria a história do sistema solar) ou se não há aí somente um problema para ser resolvido pela mecânica celeste” (6). Assim, a singularidade não é um privilégio dos fatos históricos sobre os físicos; o que torna os fatos históricos eventos singulares é o interesse epistemológico característico da atividade do historiador, que prefere proceder ao inventário dos casos individuais a recorrer a uma tipologia. “Mas o que é que individualiza os eventos? Não são suas diferenças particulares, sua “matéria”, aquilo que eles são em si mesmos, mas o fato de eles acontecerem num dado momento; a história nunca se repetiria, ainda que lhe ocorresse narrar novamente a mesma coisa” (7). É neste sentido que a história é um corpo de fatos: uma reunião de fatos históricos, narrados e explicados, enquanto para a física os fatos

(3) — Hume, David — *A Treatise of Human Nature*, Book II, Part III, Section I.

(4) — Veyne, Paul — *Comment on écrit l'histoire*, p. 21.

(5) — Id., *ibid.*, p. 13.

(6) — Id., *ibid.*, pp. 18-19.

(7) — Id., *ibid.*, p. 19.

só têm importância quando explicados por meio de leis, em relação às quais têm o valor de exemplos.

Um segundo ponto onde Veyne demarca uma fronteira entre a história e a física, para reafirmar o caráter não científico da história, é na questão da *explicação*. Novamente contra os anti-naturalistas, Veyne não retoma os argumentos em favor da *compreensão* como o único método possível nas ciências do homem, por oposição ao método de explicação causal da física. Mas paradoxalmente, embora elevando as ciências do homem à mesma categoria das ciências da natureza, por utilizarem o mesmo método, reserva à história tudo o que antes discriminava as ciências do homem como não-científicas. Assim, por exemplo, embora admitindo (como vimos mais atrás) que a história consiste num corpo de fatos narrados e explicados, ressalva que a história “não explica sempre” e que “ela pode permitir-se não explicar sem deixar de ser história” (8). Ou seja, também faz parte da atividade histórica o mero registro da ocorrência de certos fatos, sobre os quais a documentação escassa não permite qualquer especulação, quanto mais explicação.

Na verdade, Veyne distingue dois sentidos de “explicação”: um sentido *forte*, que quer dizer “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma teoria mais geral”, como fazem a ciência ou a filosofia; e um sentido *fraco* ou cotidiano, como quando dizemos “deixe-me explicar-lhe o que se passou e vai compreender” (9). Somente no segundo sentido é possível dizer que a história é explicativa, já que os fatos históricos sempre têm alguma significação, que a história deve esclarecer. “Essas explicações ‘familiares’ do segundo gênero são a verdadeira, ou antes, a única forma de explicitação histórica” (10). A história não pode explicar cientificamente porque seu discurso está na ordem do vivido, do cotidiano, do sublunar. Retomando a oposição aristotélica, a região *celeste* é o lugar do determinismo, das leis, dos movimentos regulares e precisos — é o lugar da ciência. Inversamente, a região *sublunar* é o lugar do devir, do acaso, da contingência — é o lugar do nosso mundo e da sua narrativa, a história.

É comum a adoção de distinção semelhante para tentar caracterizar a especificidade das ciências humanas por oposição às ciências físicas. O método da compreensão seria o único adequado para dar conta do acaso e da liberdade que caracterizam o vivido, que seria o objeto das ciências do homem, dado que o espaço do homem é o sublunar. Para evitar tal equívoco, Veyne sugere que as ciências humanas devem explicar exatamente como as ciências físicas, pois são

(8) — Id., *ibid.*, p. 111.

(9) — Id., *ibid.*, p. 112.

(10) — Id., *ibid.*, p. 112.



Mas aquilo que Veyne entende por ciência do homem não inclui a sociologia. É possível uma ciência do homem, assim como foi possível o nascimento da física moderna, quando Galileu mostrou que o sublunar tinha leis, e que, portanto, o nível do conhecimento passou a pertencer ao celeste. Contudo, só haverá ciência do homem quando ela não mais se limitar a parafrasear o vivido, mas encontrar suas próprias abstrações passíveis de serem expressas em leis rigorosas. Assim, uma boa parte das ciências humanas hoje deverá reconhecer-se como não-científica, o que não significa desaparecimento, mas coexistência (ao lado do saber histórico) com as ciências generalizadoras, assim como “o vivido e o formal são dois domínios coextensivos do conhecer (e não dois domínios justapostos do ser, o da natureza e o do homem).” (14) O futuro das ciências do homem é uma ciência da ação, ainda não formalizada, mas que funcionará dedutivamente, tomando o homem em bloco: uma praxeologia, na qual a atual sociologia não se inclui. Ao contrário, a sociologia trata do sublunar, e só se ocupa daquilo que a história deixa de tratar, por estar presa a uma tradição narrativa, à periodização, ao eventual. Uma história que assuma não só uma “descrição não-eventual da civilização contemporânea”, como ouse ser também história comparada, recusando a divisão de seu objeto em “unidades de tempo e lugar” para pensar um conceito através da história, tornará inútil a sociologia. “Entre uma história que será enfim completa e uma ciência formal do homem (que no presente tem a aparência de uma praxeologia), não há lugar para qualquer outra ciência. Tornar-se uma história completa é verdadeira vocação da história, que tem diante de si um futuro inesgotável, já que descrever o concreto é uma tarefa infinita.” (15)

Esta história encerrada no sublunar, que triunfa sobre a sociologia mas renuncia à cientificidade da física, Veyne a revê mais tarde, em dois outros textos. Pensamos que essa retomada do tema da cientificidade da história era necessária, tanto porque neste ensaio de epistemologia Veyne não parece ter compreendido em que medida o papel das teorias em física aproxima-se da abordagem histórica, quanto também o próprio Popper, quando separa ciências generalizadoras e históricas parece ignorar a história não-eventual, história comparada, que hoje se faz nos moldes das generalizações que ele atribue apenas às ciências humanas.

Um dos principais argumentos de Veyne em *Comment on écrit l'histoire* contra a cientificidade da história apóia-se na questão da utilização dos *conceitos*. Veyne distingue três tipos de utilização dos conceitos:

(14) — Veyne, Paul — *Comment on écrit l'histoire*, p. 283.

(15) — Id., *ibid.*, p. 313.



3. acidentais — constituem a maior parte do material da história. Só os eventos necessários ou freqüentes podem ser expressos em silogismos científicos, isto é, podem ser objeto das ciências hipotético-dedutivas. Em compensação, os eventos acidentais podem ser explicados historicamente. A história comporta núcleos de cientificidade porque ocupa-se também do necessário, porém apenas parcialmente. Por exemplo, para explicar eventos passados, procedendo a predições ao inverso (retrodições — a partir dos efeitos inferir as causas), a história recorre a silogismos implícitos: deduções, induções e mesmo abduções (termo de Peirce), nestas últimas obtendo a premissa menor a partir da maior e da conclusão. (20) Contudo, a maior parte desses silogismos apóia-se sobre “aquilo que ocorre mais freqüentemente” portanto nada tem de científico, segundo Veyne; a ciência ocupa-se apenas do necessário, enquanto a história deve ocupar-se de *tudo*, sobretudo do acidental. A natureza também apresenta acidentes em seu curso, e nesse sentido o objeto da física não difere do da história. Contudo, a física não se propõe a explicar todo o curso da natureza, mas apenas o que for necessário, geral, infalível — o que for passível de predição. A física permanece uma ciência porque se detém a meio caminho de explicar tudo. Já a história, devendo dar conta sobretudo do acidental, debruça-se sobre o devir: para explicá-lo cientificamente, às vezes; para explicitá-lo descritivamente, sempre.

É para prestar-se ao contínuo trabalho de explicitação que caracteriza a história que servem os conceitos. A conceituação em história não se assemelha, portanto, a uma explicação ou a uma lei científica, mas a “um exame atento e penetrante, a uma percepção intelectual que podemos comparar ao esforço de visão” (21) O papel dos conceitos — e entre eles Veyne inclui aqueles “falsamente científicos da sociologia geral” (22) é *descritivo* e *heurístico*. Eis destruída mais uma vez, neste texto, a autonomia da sociologia enquanto ciência humana. A história conceitual avança pelas fronteiras da sociologia, diluindo completamente toda demarcação entre as duas atividades. “Quando a análise histórica é conduzida suficientemente longe, não importa mais a distinção entre a história e a sociologia, ou não é mais que um problema lexicográfico ou corporativo; pode-se dizer indiferentemente que um livro de história é uma monografia sociológica ou que um livro de sociologia é uma tópica histórica.” (23) A função da história é de inventar conceitos, e coordená-los numa tópica — no sentido de disposição de coisas que não estão naturalmente organi-

(20) — Id., *ibid.*, p. 65.

(21) — Id., *ibid.*, p. 69.

(22) — Id., *ibid.*, p. 69.

(23) — Id., *ibid.*, p. 83.

zadas pela ordem das razões ou *more geometrico*. (24) Tal organização visa elucidar todas as possibilidades envolvidas no problema em questão, no caso, a explicação do objeto histórico. O próprio Veyne admite contudo que, conforme o objeto visado, a organização tópica dos conceitos pode constituir-se num sistema hipotético-dedutivo, que permitiria a constituição de uma ciência acabada. (25) A utilidade da tópica, como de uma teoria, é, citando Aron, o “definir a especificidade de um sub-sistema, fornecer uma lista das variáveis principais, sugerir certas hipóteses relativas ao funcionamento de um sistema, segundo ele seja bipolar ou pluripolar, homogêneo ou heterogêneo.” (26) Terminologia bastante específica, citada por Veyne, que mostra o quanto este texto já está próximo de falar de teorias em história, de uma ciência da história. Mas aqui o termo “tópica” ainda permanece fraco, sem o escopo, sem a força do termo “teoria”

Finalmente, no texto *L'inventaire des différences*, aula inaugural no Collège de France, Veyne reconhece: A história é uma ciência, “podemos então dar o nome de ciência à história.” (27) Este reconhecimento de cientificidade decorre de várias alterações nas posições assumidas por Veyne anteriormente. Uma alteração significativa diz respeito às relações da história com a sociologia — para retomarmos como parâmetro as duas fronteiras da história, sociologia e física, assinaladas no início deste trabalho. Vimos que Veyne havia anteriormente defendido a historicidade da sociologia, denunciando seu caráter pseudo-científico, e argumentando que a história bem poderia dar conta do objeto da sociologia, através dos recursos não-científicos da narração e da compreensão. Agora, neste texto, Veyne faz o inverso, afirmando a existência independente e o caráter científico da sociologia, e caracterizando a relação entre história e sociologia como sendo a de *importação de conceitos*: a história sociológica, a única saída possível para a história, “estrutura sua matéria recorrendo à conceitualização das ciências humanas.” (28) Embora existam eventos históricos propriamente ditos, que constituem o objeto específico da história, não existe uma explicação original e exclusiva de uma ciência da história: “a história enforma seus materiais recorrendo a uma outra ciência, a sociologia” (29) Frente à sociologia, a história coloca-se como uma ciência aplicada em relação a uma ciência pura, como a astronomia em relação à física, por exemplo: embora existam fenômenos astronômicos

(24) — Id., *ibid.*, p. 92, nota 28.

(25) — Id., *ibid.*, pp. 72-73.

(26) — Aron, Raymond — “Qu'est-ce qu'une théorie des relations internationales”, p. 847.

(27) — Veyne, Paul — *L'inventaire des différences*, p. 57.

(28) — Id., *ibid.*, p. 7.

(29) — Id., *ibid.*, p. 8.

nicos, não há explicação astronômica; “a explicação dos fatos astronômicos é física.” (30) A sociologia sendo uma ciência, a história importa desta os seus conceitos, isto é, seus modelos de explicação; nesta altura, a concepção que faz Veyne da história não mais oscila entre explicitação e explicação, ou seja, entre a descrição generalizada e a presença de alguns “núcleos de cientificidade”: agora a história *explica*, com conceitos importados da sociologia.

Veyne distingue dois momentos na concepção da história de R. Aron para melhorar sua própria concepção da história. Em primeiro lugar, a crítica da noção de *fato histórico*: os fatos só são conhecidos pelo recurso à abstração, isto é, enquanto subsumidos num conceito; o que coincide com a importância da noção de “ponto de vista”, colocada por Popper na base de toda atividade científica de observação dos fatos, a qual retomaremos mais adiante. A consequência dessa concepção dos fatos enquanto comprometidos com as abstrações que os antecedem é o segundo momento da filosofia da história de Aron, que desemboca “no problema central da prática histórica: a determinação de invariantes, para além das modificações.” (31) Vemos bem claramente agora a modificação que se operou no pensamento de Veyne: o devir sublunar, objeto da história, não é mais, como no primeiro texto, irreduzível ao conceito, o lugar onde toda conceitualização estava condenada ao fracasso. Tampouco apresenta-se como uma coleção de eventos acidentais, que só é possível, na maioria das vezes, descrever, e bem raramente, explicar, como queria o segundo texto de Veyne. Agora, a conceitualização em história não mais se assemelha ao discurso cotidiano ou a uma ciência de segunda ordem: ela constitui a essência da atividade do historiador, e o seu principal problema.

À atitude do senso comum diante do fato histórico, narrativa e um pouco passiva, que antes Veyne admitia como sendo a única possível ao historiador, ele agora acrescenta uma outra atitude, científica e explicativa. Segundo esta última, não é mais possível abordar o devir sem dispor de uma problemática que permita a organização conceitual dos fatos. “Toda historiografia depende, por um lado, da problemática que ela se coloca, por outro, dos documentos de que ela dispõe. (32) A “problemática” funciona como um “ponto de vista” diante da documentação: selecionamos dentre uma variedade de fatos aqueles que podem interessar a uma problemática pré-concebida. Como diz Popper: “Se é possível dizer que a ciência, ou o conhecimento, ‘começa’ por algo, poder-se-ia dizer o seguinte: o co-

(30) — Id., *ibid.*, p. 8.

(31) — Id., *ibid.*, p. 8.

(32) — Id., *ibid.*, p. 14.

nhcimento não parte de percepções ou observações ou da coleção de fatos ou números, porém parte, mais propriamente, de problemas.” (33)

Ocorre a uma problemática esclerosar-se ou ser inovadora: quando a documentação é rica, é possível trabalhar por muito tempo utilizando os conceitos dentro de uma mesma problemática, apenas explorando novos dados; quando porém ocorre uma aparente esgotamento da documentação, uma mudança de problemática, isto é, de enfoque, de ponto de vista, isso faz surgir novos dados, novas questões dentro de uma mesma documentação. Tratar-se-ia, em linguagem kuhniana, de uma substituição de paradigmas, ou de ciência normal e ciência extraordinária. A atividade de “solução de enigmas”, que é característica da ciência normal está portanto estreitamente vinculada à noção de “paradigma”, como instrumento que possibilita resolvê-los. Este papel *instrumental* do paradigma aproxima-se bastante da noção de “problemática”, que por muito tempo permanece como referencial único para a conceitualização dos dados de uma rica documentação. Contudo, a prática constante sob a influência de um paradigma contribui para seu esgotamento e substituição na medida em que permite o surgimento de novos problemas que o paradigma não pode resolver e que caracterizam-se como anomalias para desfazê-lo: é o advento de um novo paradigma, ou a ciência extraordinária. Assim como um paradigma se esgota, o mesmo ocorre a uma problemática, e passa a não mais dar conta de algum aspecto da documentação, que faz o papel de anomalia. Só uma revolução na problemática poderá permitir a organização dos fatos segundo uma nova conceitualização, que deverá dar conta da “anomalia”, embora possa ter menor poder explicativo em relação a alguns fatos explicados pela problemática anterior.

É certo que a noção de problemática é utilizada por Veyne de forma um tanto imprecisa, mas nem por isso é menos adequadamente comparável à noção de paradigma, que tem um sentido bastante fluante na obra de Kuhn, conforme nota M. Masterman (34), distinguindo vinte e um sentidos diferentes no emprego do termo “paradigma” por Kuhn. De modo geral, “paradigma” tem ora um sentido mais amplo, ora mais estreito que o de teoria científica dominante, a ponto de não poder coincidir exatamente com um sentido preciso de teoria científica. Contudo, como Veyne parece claro em seu propósito de afirmar definitivamente o caráter científico da história, julgamos conveniente aproximar também das posições popperianas, não só a noção de problemática, como as de teoria, invariante e concei-

(33) — Popper, Karl — “A lógica das ciências sociais” — p. 14.

(34) — Masterman, M. — “A natureza de um paradigma”, p. 75.

tualização, para procurar conferir maior alcance às conclusões de Veyne, e também maior fundamento epistemológico.

Vimos anteriormente que Popper não inclui a história entre as ciências generalizadoras, por ter como objeto acontecimentos particulares e não preocupar-se com o estabelecimento de leis gerais. Popper também distingue esses dois tipos de ciência quanto ao papel desempenhado pelo “ponto de vista”, o qual, conforme mencionávamos, está na base de toda descrição científica. A formulação de um ponto de vista é uma “hipótese operante, isto é, uma suposição provisória cuja função é ajudar-nos a selecionar e ordenar os fatos.” (35) Nas ciências generalizadoras — a física, por exemplo, ou mesmo a sociologia — o ponto de vista é sempre representado por uma teoria. O papel das teorias nas ciências generalizadoras é, antes de mais nada, unificador da ciência, mas também serve para exemplificar acontecimentos e prevê-los. É através delas que testamos nossas hipóteses, eliminando as falsas. Na história, porém, não dispomos dessas teorias unificadoras, das quais as ciências generalizadoras retiram os seus problemas, seus centros de interesse e de pesquisa. Se há teorias na história, elas são circulares, no sentido em que só registram fatos que possam confirmá-las, mas nunca desmentí-las. Popper denomina as teorias da história “interpretações gerais” As interpretações, como as teorias, representam pontos de vista, mas raramente podem ser postas à prova e portanto não têm caráter científico. Um ponto de vista é sempre inevitável, e o que uma interpretação faz é ser sempre confirmada pelos fatos, além de ser possível a coexistência de várias interpretações incompatíveis para os mesmos fatos: em história não pode haver experiências cruciais, como em física.

Torna-se difícil sustentar o caráter científico da história diante da crítica popperiana. Contudo, o último texto de Veyne, que examinávamos, parece fornecer uma forte argumentação em favor de uma história científica.

Tomemos a noção de *invariante*. A função de um invariante é permitir a explicação dos eventos através de uma conceitualização. A aplicação de conceitos aos fatos parece perigosa: afinal, o termo “invariante” sugere uma redução do diverso ao mesmo, em prejuízo da individualização, uma idéia conservadora que pretenderia reconhecer essências imutáveis na história, ignorando a influência do acaso e da participação individual. Sugere, enfim, uma mal interpretada aplicação de história comparada, que consiste em comparar fatos históricos para extrair-lhes a similaridade, incluindo-os na mesma categoria conceitual e ignorando seus traços distintivos. Mas o emprego

(35) — Popper, Karl — *A sociedade aberta e seus inimigos*, vol. II, p. 268.

que faz Veyne do termo “invariante” está bem longe disso: o invariante serve como modelo justamente para mostrar a diversidade das modificações históricas, para diferenciá-las. Um evento histórico qualquer compreendido conceitualmente por um invariante, surge em sua individualidade, naquilo que o caracteriza, que o diferencia de outros eventos aparentemente semelhantes: o invariante não explica pela semelhança, mas pela *diferença*. Em suma, “invariante” não significa que há objetos invariáveis na história, acima de toda mudança, mas que “é possível abordar a história a partir de um ponto de vista, que permanece invariável como a verdade, um ponto de vista científico, que escape às ignorâncias e às ilusões de cada época e que seja trans-histórico.” (36)

A noção de *invariante* coincide então, não apenas como a de modelo de explicação, de conceitualização, mas também com a de *ponto de vista*. O que nos reconduz à argumentação popperiana contra o caráter científico, teórico, do ponto de vista em história. Para Veyne, a determinação dos invariantes em história faz-se sempre com recurso às ciências humanas, “pois uma tal história utilizará evidentemente estas ciências, quando elas existirem, ou contribuirá para fazê-las existir.” (37) O emprego desses invariantes na prática histórica tem todas as características da atividade científica: diante de um conjunto de fatos, o historiador, utilizando uma *teoria* da sociologia, tenta organizá-los em conceitos, variáveis, leis, articulações, contradições, para melhor explicar tais eventos. Em seguida põe à prova esses conceitos em outros períodos da história, para ver se essas leis, essa teoria, podem permanecer coerentes se aplicadas a outros eventos: “é isto, uma ciência.” (38) Eis satisfeita a exigência popperiana de dispormos de uma teoria como ponto de partida, e da possibilidade de testá-la. O *invariante*, em Veyne, não é apenas um ponto de vista com caráter de interpretação geral, como sugere Popper; ele é uma teoria científica a ser testada. “A exigência de invariantes é tão simplesmente a exigência de uma teoria que forneça à história seus conceitos e seus instrumentos de explicação.” (39) E a garantia de fornecimento dessas teorias são as ciências do homem, que consistem na “sociologia” no sentido amplo que Veyne atribue ao termo. A história já não se distingue da sociologia senão como uma ciência aplicada difere da ciência pura; como a sociologia, a história é explicativa, mas é também individualizante: a história procede à individualização de cada evento a ser explicado, a um inventário completo de todos os eventos. Do mesmo modo, a astronomia aplica as teorias da física, mas também procede a um inventário dos corpos celestes, que

(36) — Veyne, Paul — *L'inventaire des différences*, p. 23.

(37) — Id., *ibid.*, p. 24.

(38) — Id., *ibid.*, p. 26.

ultrapassa o escopo da explicação científica. “Explicar, mas também recensear”, determina Veyne. (40)

A história, como inventário completo dos fatos em sua diferença, não se afasta do modelo de ciência das ciências humanas. Individualizar fatos pode ser compreendido em dois sentidos: de acordo com as noções do senso comum, significa apenas designar e descrever: é o caso da história narrativa; recorrendo a modelos científicos, isto é, tratando de explicitar a originalidade individual pelo recurso a uma tipologia, aos invariantes de uma teoria, significa o exercício de uma atividade científica. “Conseqüentemente, é a mesma coisa explicar cientificamente os eventos ou individualizá-los: a história só chegará a explicitar a originalidade dos fatos aplicando-lhes as ciências humanas.” (41)

Por outro lado, a história como inventário das diferenças também não escapa ao modelo científico da física. A física não consiste — como quer uma certa epistemologia — em um corpo de leis gerais que dariam lugar à singularidade. A física também distingue diferenças nos tipos de fenômenos, e os explica a todos; ela procede a um inventário explicativo das diferenças entre os fenômenos físicos, do mesmo modo que a “história, inventário explicativo das diferenças sociais, é, devido a isso, a ciência das diferenças sociais.” (42)

A história ainda dispõe de uma tópica, sim, mas não mais se trata de um instrumento de segunda ordem, destinado a encontrar alguma inteligibilidade num devir de eventos cientificamente indiscerníveis. O vivido não mais se opõe à ciência como o real ao formal: dispor de uma tópica significa contar com uma teoria, com um ponto de vista a ser testado pela observação dos fatos históricos. Impossível conceber o fato sem o conceito, e o devir tornou-se para a história, como já era para a ciência, a dimensão do vivido que a razão não explica. A natureza, como os acontecimentos históricos, são objeto de ciência, mas não são traduzíveis na linguagem da ciência. Quando Veyne reconheceu o caráter científico da história não lhe conferiu na verdade nenhum privilégio: ao contrário, renunciou definitivamente à esperança de pretender narrar o vivido, apreender os fatos tais como são, enfim, recuperar o real no discurso da história.

(39) — Id., *ibid.*, p. 22.

(40) — Id., *ibid.*, p. 37.

(41) — Id., *ibid.*, p. 45.

(42) — Id., *ibid.*, p. 58.

BIBLIOGRAFIA

- VEYNE, Paul — *Comment on écrit l'histoire*, Ed. Seuil, Paris, 1971.
- — “L'histoire conceptualisante”, in *Nouveaux Problèmes*.
- . — *L'inventaire des différences*, Ed. Seuil, Paris, 1976.
- POPPER, Karl — *La miseria del historicismo*, Taurus Ed., Alianza, Madrid, 1973.
- . — *A sociedade aberta e seus inimigos* — 2 vols. — Itatiaia/Edusp, São Paulo, 1974.
- . — “A Lógica das Ciências Sociais”, in *Lógica das Ciências Sociais*, Ed. Tempo Brasileiro, RJ, 1978
- ARON, Raymond — “Qu'est-ce qu'une théorie des relations internationales?” in *Revue française de science politique*, vol. XVII, n.º 5, 1967.
- MASTERMAN, M. — “A natureza de um paradigma”, in *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, Cultrix/Edusp, São Paulo, 1979.
- KUHN, Thomas S. — *A estrutura das revoluções científicas*, Perspectiva, São Paulo, 1978.
- HUME, David — *A Treatise of Human Nature*, Oxford Univ. Press, Oxford, 1958.